



EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS EM ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL NOS ESTADOS BRASILEIROS

Fábia Jaiany Viana de Souza¹

RESUMO

A alocação de recursos públicos é um dos desafios encontrados diariamente pela sociedade, sendo necessário que ela ocorra de modo a maximizar o benefício social. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a eficiência dos gastos públicos com assistência hospitalar e ensino fundamental nos estados brasileiros no ano de 2009. Foram utilizadas as pesquisas descritiva, bibliográfica, quantitativa e qualitativa. A coleta de dados foi realizada nos sítios da STN, IBGE, DATASUS, MEC e Sistema da FIRJAN. Os resultados revelaram que dentre os 23 estados analisados 7 deles (Acre, Alagoas, Amapá, Paraná, Roraima, São Paulo e Tocantins) foram eficientes com relação aos gastos com assistência hospitalar e 4 deles (Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo) foram considerados eficientes quanto a aplicação dos gastos com ensino fundamental.

Palavras-chave: Eficiência. Saúde e Educação. Estados Brasileiros.

ABSTRACT

The allocation of public resources is one of the challenges faced daily by the company, requiring it to occur to maximize the social benefit. This research aims at analyzing the efficiency of public spending on hospital care and primary education in the Brazilian states in 2009. We used descriptive research, literature review, quantitative and qualitative. Data collection was performed at the site of the STN, IBGE, DATASUS, MEC and FIRJAN System. The results revealed that the 23 states analyzed seven of them (Acre, Alagoas, Amapá, Paraná, Roraima, Tocantins and São Paulo) were efficient with respect to spending on hospital and four of them (Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul and São Paulo) were efficient and the implementation of spending on primary education.

Keywords: Efficiency. Health and Education. Brazilian States.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da saúde e educação como elementos responsáveis pelos avanços da população tem relação com a alocação dos recursos públicos. A saúde e a educação são direitos fundamentais da sociedade, devendo ocupar uma posição essencial na qualidade de vida da população (FONSECA; FERREIRA, 2009). Nesse contexto, Silva (2010) explica que estudos que visem analisar a eficácia da prestação dos serviços de saúde no setor público tem chamado a atenção de pesquisadores da área de saúde e de gestores públicos. Devido ao crescimento nos custos da área de

¹ Mestranda em Ciências Contábeis pelo Programa Multiinstitucional e Inter-Regional (UnB/UFPB/UFRN) fabiajaiany@yahoo.com.br



saúde, especialmente os relacionados às tecnologias médicas, há necessidade de controlar os gastos e melhor alocar os recursos disponíveis para essa área de atuação do governo.

A educação também tem relação com o desenvolvimento social da população, pois permite que o indivíduo adquira conhecimentos e forme habilidades cognitivas, desenvolve o discernimento e a consciência crítica que lhe possibilita um melhor relacionamento com os demais indivíduos de sua comunidade (DELGADO; MACHADO, 2008). Dessa forma, a educação básica possui papel fundamental no desenvolvimento do capital humano, incentivando os governantes a definirem metas para democratização e o desenvolvimento de melhorias para o ensino básico.

Segundo Gomes (2010) a construção de escolas, melhoria na infra-estrutura das já existentes, aumento no número de professores, entre outros são algumas tentativas no governo sentido de melhorar a educação da sociedade brasileira. Essas medidas, em maior ou menor escala, são resultantes do orçamento do governo para o sistema educacional e, por isso, devem ser analisadas quanto a sua eficiência.

A alocação de recursos públicos é um dos desafios encontrados diariamente pela sociedade em que vivemos, pois é necessário que ela ocorra de forma que possa promover o máximo de benefício social possível. E, no caso da saúde e educação, essas restrições são ampliadas, em virtude deles serem elementos fundamentais para o a qualidade de vida dos indivíduos. Nesse sentido, verifica-se que a relevância da saúde e educação no aperfeiçoamento da sociedade e a necessidade do controle social e fiscalização dos orçamentos públicos de assistência hospitalar e ensino fundamental executados são elementos que tornam essa pesquisa importante para a população.

Diante desse contexto, o presente estudo busca responder o seguinte problema: Qual foi a eficiência dos gastos públicos com assistência hospitalar e ensino fundamental nos estados brasileiros no ano de 2009? Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a eficiência dos gastos públicos com assistência hospitalar e ensino fundamental nos estados brasileiros no ano de 2009.

O artigo tem a perspectiva de promover a reflexão de gestores públicos, usuários e estudiosos de áreas afins sobre a importância da eficiência dos recursos públicos em saúde e educação, mais especificamente, com relação a assistência hospitalar e ensino fundamental, tendo em vista que estes devem conciliar qualidade e gastos eficientes, tendo como principal beneficiária a sociedade.

A pesquisa é constituída por cinco tópicos: este primeiro denominado introdução fornece uma visão geral a respeito da pesquisa. O segundo compreende o embasamento do estudo, constituído da apresentação dos conceitos da literatura existentes acerca de eficiência. O terceiro trata da



metodologia que norteará a pesquisa. O quarto apresenta os resultados da pesquisa. O quinto considerações finais, recomendação e conclusão.

2 CONCEITOS DE EFICIÊNCIA

A Carta Constitucional (Brasil, 1988) trata em seu art. 37 dos princípios aos quais a União, Estados, o Distrito Federal e os Municípios terão que obedecer, entre eles está o da eficiência. Para Castro (2011, p. 23) eficiência “é um conceito econômico que qualifica atividades e significa fazer acontecer com racionalidade”. Busca estimular e conseguir os melhores resultados com os meios de que se dispõe ao menor custo. Segundo De Negri, Salerno e Castro (2005) eficiência diz respeito à capacidade de uma organização em obter o máximo de produto a partir de um dado conjunto de insumos.

De acordo com Machado (2002) a eficiência deve ser analisada a partir da comparação do efetivamente produzido com o padrão fixado no planejamento e no orçamento, e verificar se o custo do que foi produzido ficou abaixo do preço de mercado. Catelli e Santos (2001) registram que os gestores não devem se ater ao gasto com disciplina dos escassos recursos públicos dentro dos limites orçados. Devem otimizar a aplicação dos mesmos para realmente atender as necessidades públicas. Os autores acrescentam que por meio da avaliação de desempenho, com base na mensuração dos objetivos, metas e resultados alcançados, é possível avaliar a eficiência e a eficácia da gestão. Eles finalizam que isso é possível por meio da utilização dos conceitos de custo de oportunidade e pela mensuração do valor criado pela gestão pública para a sociedade.

A eficiência é definida por Mariano (2008) como sendo a capacidade que um sistema possui de utilizar da melhor forma possível, os recursos disponíveis e de aproveitar ao máximo, as condições ambientais existentes para obter o resultado ótimo em alguma dimensão. A essência do conceito de eficiência no setor público é a mesma que no privado, deve-se procurar o maior benefício para a sociedade com o menor custo possível, de modo que não existam desperdícios.

Sobre esse assunto Peña (2008) afirma que a análise da eficiência da aplicação dos recursos no setor público contribui diretamente para a melhoria dos resultados, uma vez que demonstra um sinal da eficiência das ações gerenciais, e apresenta o desempenho da gestão dos administradores públicos. Para Delgado e Machado (2008) a eficiência econômica tem como objetivo o resultado máximo, dado determinado volume de recursos, ou, definida uma meta para o produto, como obte-la



com um menor custo possível. A realização da avaliação da eficiência em âmbito público é fundamental e deve ser adotada pelos gestores públicos, tendo em vista que o reflexo dos investimentos realizados nos diversos setores devem ser transformados em serviços de qualidade e no crescimento dos indicadores sociais da população. Os estados brasileiros perceberam a necessidade de tornarem suas economias mais competitivas, com o objetivo de reduzir o déficit econômico e aumentar a sua capacidade financeira, surge então o Estado Gerencial, introduzindo o conceito de eficiência no setor público.

Gomes (2010) afirma que o objetivo social de um Estado Gerencial é o crescimento da eficiência dos serviços sociais prestados ou fomentados pelo Estado, para atender melhor a população. Diante desse contexto, verifica-se que uma gestão pública é considerada eficiente quando são gastos menos recursos para obter os resultados definidos nas suas metas e objetivos, refletindo na ótima transformação de insumos em produtos e serviços de qualidade prestados à população.

Para Rezende, Slomski e Corrar (2005) a eficiência deve ser traduzida nos gastos públicos através de indicadores, demonstrando a efetividade da gestão pública. Por isso, os indicadores tem o propósito de fornecer informações sobre nível de eficiência, eficácia, qualidade e produtividade dos serviços, oferecendo também o grau de melhoria da gestão (BRASIL, 2009).

A melhoria na gestão pode ser obtida através da avaliação de políticas e programas governamentais a partir da análise dos efeitos que produziram na sociedade. Dessa forma, a avaliação tem atingido importância na seara governamental, sendo a área de política pública que mais se tem desenvolvido nos últimos tempos (SARAVIA, 2006).

Além disso, conforme Amorim e Reolon (2009) a avaliação das ações da Administração Pública constitui um instrumento de *accountability*, o qual tem contribuído para melhorar a qualidade e a eficácia na gestão pública a partir de um melhor desempenho das ações governamentais, alcançando os seus objetivos e metas.

Na visão de Martins (2005) a eficiência é um conceito econômico na medida em que se considera os recursos escassos e as demandas crescentes, sendo conceituada como a relação entre insumos e produtos. Desse modo, a gestão é mais eficiente quando gera mais produtos com menos insumos, maximizando o aproveitamento dos insumos.

Castro (2006) enfatiza que a eficiência não se preocupa com os fins, mas apenas com os meios enquanto a eficácia é quem se preocupa com os fins, em atingir os objetivos. Em um cenário



organizacional é perceptível que as combinações de insumos nem sempre produzem a quantidade correta ou esperada de produtos, ocasionando desperdícios.

Os métodos paramétricos e não-paramétricos são as duas técnicas mais utilizadas na literatura para determinação dos níveis eficientes de unidades produtivas. De acordo com Mariano (2008) o método paramétrico utiliza a regressão múltipla, exigindo prévia antecipação da definição da relação funcional teórica entre as variáveis envolvidas. Já para os métodos não paramétricos conforme explicado por Kassai (2002) não é necessário estimar uma função produção para cálculo da eficiência já que a mesma é calculada através da construção da fronteira ou por meio da comparação entre duas Decision Making Units - DMU.

O método que atualmente está sendo muito utilizado é a Análise Envoltória de Dados (DEA). A DEA é uma abordagem não paramétrica, que envolve programação matemática em sua estimação. Este método foi formulado em 1978 para mensurar índices de eficiência técnica. Delgado e Machado (2008) defendem o posicionamento de que a DEA pode ser uma análise bastante útil para a análise da eficiência no âmbito público, tendo em vista que ela capta a melhor prática existente da organização produtiva e cria um referencial para as instituições analisadas. Além de poder aplicar mais de um produto ao mesmo tempo em uma estimação.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologia da Pesquisa

Beuren *et al.* (2003) recomendam que a pesquisa seja delineada quanto aos objetivos, procedimentos e abordagem do problema. Quanto aos objetivos, este estudo caracteriza-se como pesquisa descritiva. De acordo Gil (1999), a pesquisa descritiva é aquela que tem como objetivo descrever as características de uma determinada população ou fenômeno. Neste sentido são realizadas descrições da eficiência dos gastos públicos com assistência hospitalar e ensino fundamental nos estados brasileiros no ano de 2009.

Com relação aos procedimentos essa pesquisa possui as características de pesquisa bibliográfica, uma vez que foi necessária a realização de pesquisa na literatura para fornecer embasamento teórico ao estudo e o levantamento dos valores referentes às despesas com educação fundamental, números de alunos matriculados, de professores e escolas.



Quanto à discussão sobre o problema esse estudo caracteriza-se como sendo quantitativo e qualitativo, pois a utilização do método não paramétrico da Análise Envoltória de Dados proporciona a investigação dos significados das relações entre as variáveis pesquisadas. Beuren *et al.* (2003) explicam que na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado e na pesquisa quantitativa utiliza-se algum instrumento estatístico, tanto na coleta de dados, quanto no tratamento dos dados.

3.2 Coleta e Tratamentos dos dados

Nesse estudo foi utilizada a Análise Envoltória de Dados (DEA) que de acordo com Gomes e Mangabeira (2004) pode ser conceituada como um método matemático que utiliza a programação linear para estimar a fronteira eficiente, sendo capaz de incorporar diversos inputs (entradas, recursos, insumos ou fatores de produção) e outputs (saídas ou produtos) para o cálculo da eficiência de unidades tomadoras de decisão, designadas por DMU's (*Decision Making Units*).

A DEA é aplicada segundo Encinas (2010) sobre os dados de forma a construir uma fronteira de eficiência, constituída pelas firmas mais eficientes, ou seja, com a melhor relação entre insumo e produto, definindo então a posição das demais firmas em relação a essa fronteira. Ela é conhecida como envoltória porque nenhuma DMU pode ficar fora da fronteira. A utilização do DEA no âmbito públicos tem sido defendida por Delgado e Machado (2008), por ele permitir a captação da melhor prática existente da organização produtiva e criação de um referencial para as instituições analisadas. Além de poder aplicar mais de um produto ao mesmo tempo em uma estimativa.

Segundo Peña (2008), a DEA pode ser utilizada seguindo as seguintes etapas: na primeira são definidas as DMU; a segunda é seleção das variáveis (*inputs* e *outputs*) que são adequadas para estabelecer a eficiência relativa das DMU's selecionadas; a terceira é a aplicação dos modelos DEA. Para esse estudo foram selecionadas como DMU's os estados brasileiros, como *inputs* as despesas com assistência hospitalar e com ensino fundamental e *outputs* os números de leitos, de profissionais da área de saúde vinculados aos estados, estabelecimentos de saúde, de alunos matriculados, de professores e de escolas.

A coleta de dados foi realizada a partir dos números obtidos no banco de dados Finanças Brasil - FINBRA, disponível no sítio da STN. As informações coletadas no FINBRA são referentes às despesas com assistência hospitalar e com ensino fundamental. Os números de leitos, de profissionais



e de estabelecimentos de saúde vinculados aos estados brasileiros foram retirados do sítio da DATASUS. Os números de alunos matriculados, de professores e de escolas, foram retirados do sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Todos os dados coletados foram referentes ao ano de 2009.

O universo (população) dos dados de estudo da pesquisa são todos os estados brasileiros, sendo selecionadas para amostra aqueles que disponibilizaram as informações referentes às despesas com assistência hospitalar e com ensino fundamental na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), mais especificamente, no Finanças Brasil. Assim, foram excluídos da pesquisa os estados do Ceará, Goiás e Mato Grosso do Sul, por falta de informações disponibilizadas nos bancos de dados consultados, o que permitiu que a amostra da pesquisa fosse constituída pelos demais estados brasileiros.

Após a realização da coleta de dados, foram elaboradas duas planilhas no Microsoft Excel para organização dos dados e posteriormente, foi aplicada a DEA para analisar a eficiência dos gastos públicos com assistência hospitalar e ensino fundamental nos estados brasileiros no ano de 2009 através do Sistema Integrado de Apoio a Decisão (SIAD).

Para se analisar se a eficiência teve alguma relação com o desenvolvimento dos estados foram coletados no sítio do Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), os Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) dos estados brasileiros pesquisados para o ano base de 2009. O IFMD corresponde a um estudo realizado anualmente, que acompanha o desenvolvimento de todos os 5.565 municípios brasileiros em três áreas: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Ele é elaborado tendo como base as estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.

Com a finalidade de verificar se a eficiência teve relação com a qualidade do ensino fundamental dos estados pesquisados, foram coletados no sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB da 4ª e 8ª série dos estados brasileiros para o ano de 2009. Esse índice é gerado tendo como base o desempenho do estudante em avaliações do INEP e em taxas de aprovação. Essas taxas são obtidas através do censo escolar e os desempenhos dos alunos são medidos através de uma prova de Língua Portuguesa e Matemática. Sendo atualmente uma das ferramentas mais utilizados no Brasil para se avaliar a qualidade do ensino.

Vale ressaltar como limitação da pesquisa, a utilização de dados referentes ao ano de 2009 para a elaboração desse estudo, isso pode ser justificado pelo fato do IDEB ser um índice divulgado a



cada 2 anos, sendo o ano de 2009, o ano base mais recente em termos de divulgação de informações sobre esse índice. Além disso, as informações referentes aos números de alunos matriculados, de professores e de escolas disponibilizadas no sítio do IBGE somente contemplam o ano de 2009.

4 RESULTADOS DA PESQUISA E ANÁLISES

2.1 EFICIÊNCIA DOS GASTOS COM ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

Estudos que tenham a finalidade de pesquisar a eficiência dos gastos públicos com assistência hospitalar dos estados brasileiros são necessários para que possa ser verificado se os gestores públicos estão alocando de forma eficiente os recursos públicos, uma vez que os escores obtidos através da utilização da DEA permite a população essa observação. Os escores de eficiência padrão de cada estado brasileiro pesquisado para o ano de 2009 podem ser visualizados na tabela 1:

TABELA 1 – Escores de eficiência dos estados brasileiros

Estados	Escores de Eficiência Padrão	Estados	Escores de Eficiência Padrão
Acre	1,00	Pernambuco	0,69
Alagoas	1,00	Piauí	0,29
Amapá	1,00	Rio de Janeiro	0,57
Amazonas	0,80	Rio Grande do Norte	0,24
Bahia	0,42	Rio Grande do Sul	0,41
Espírito Santo	0,42	Rondônia	0,70
Maranhão	0,27	Roraima	1,00
Mato Grosso	0,82	Santa Catarina	0,73
Minas Gerais	0,86	São Paulo	1,00
Pará	0,49	Sergipe	0,23
Paraíba	0,46	Tocantins	1,00
Paraná	1,00		

Fonte: Elaborada pelos autores



De acordo com análise realizada na tabela 1, pode-se constatar que dentre os 23 estados pesquisados 7 deles (Acre, Alagoas, Amapá, Paraná, Roraima, São Paulo e Tocantins) foram consideradas eficientes pela observação de seus escores em 2009, o que corresponde a um percentual de 30,4%, que evidencia que um número pequeno de estados está gerindo bem os seus gastos com assistência hospitalar. Os intervalos dos escores de eficiência dos estados são apresentados na tabela 2:

TABELA 2 – Intervalos dos escores de eficiência dos estados analisados

Escore de Eficiência	Assistência Hospitalar	
	Quantidade	Percentual
0,1 a < 0,3	4	17,39
0,3 a < 0,5	5	21,74
0,5 a < 0,8	4	17,39
0,8 a < 1,0	3	13,04
1	7	30,43

Fonte: Elaborada pelos autores

Constata-se com a observação da tabela 2 que o maior percentual de escores de eficiência no ano pesquisado correspondeu ao intervalo de 0,1 a < 0,8, fato que demonstra que a gestão dos gastos públicos em assistência hospitalar da maioria dos estados não foi eficiente no ano analisado, o que sugere que os administradores públicos precisam tomar conhecimento do excesso dos insumos, que são utilizados, e da escassez de produtos, que são gerados, para que possam atuar na sociedade de uma

A tabela 3 tem a finalidade de apresentar os resultados do IFDM consolidado e os escores dos itens que o constituem de forma isolada (emprego & renda, educação e saúde) dos estados pesquisados para que possa ser verificado se a eficiência teve relação com o desenvolvimento dos estados brasileiros.

TABELA 3 – IFDM dos estados pesquisados para o ano base de 2009

DMU's	Escore de Eficiência	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde
Acre	1,00	0,62	0,52	0,64	0,69
Alagoas	1,00	0,59	0,47	0,57	0,74



Amapá	1,00	0,60	0,54	0,62	0,65
Amazonas	0,80	0,61	0,51	0,64	0,67
Bahia	0,42	0,65	0,69	0,57	0,70
Espírito Santo	0,42	0,75	0,61	0,81	0,85
Maranhão	0,27	0,60	0,49	0,65	0,68
Mato Grosso	0,82	0,71	0,57	0,74	0,83
Minas Gerais	0,86	0,79	0,78	0,78	0,81
Pará	0,49	0,60	0,52	0,60	0,67
Paraíba	0,46	0,64	0,49	0,64	0,77
Paraná	1,00	0,82	0,80	0,78	0,89
Pernambuco	0,69	0,69	0,64	0,66	0,77
Piauí	0,29	0,65	0,54	0,66	0,76
Rio de Janeiro	0,57	0,81	0,85	0,74	0,82
Rio Grande do Norte	0,24	0,66	0,52	0,70	0,78
Rio Grande do Sul	0,41	0,79	0,75	0,74	0,87
Rondonia	0,70	0,70	0,68	0,69	0,73
Roraima	1,00	0,65	0,59	0,64	0,73
Santa Catarina	0,73	0,80	0,71	0,82	0,85
São Paulo	1,00	0,88	0,87	0,89	0,88
Sergipe	0,23	0,67	0,60	0,66	0,76
Tocantins	1,00	0,68	0,54	0,74	0,76

Fonte: Elaborada pelos autores.

Com base na análise realizada da tabela 3, observa-se que os estados que apresentaram os maiores IFDM para o ano de 2009 foram São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro. Enquanto que os índices mais baixos foram de Alagoas, Pará e Amapá. Ainda pode-se contatar através da tabela 3, os valores dos índices isolados para emprego & renda, educação e saúde. Nesse sentido, verifica-se que os melhores índices para emprego & renda foram de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná e os piores desempenhos foram de Alagoas, Maranhão e Paraíba. Em relação aos índices de educação observa-se que os estados de São Paulo, Santa Catarina e Espírito Santo foram aqueles que apresentaram os melhores índices e Bahia, Alagoas e Pará aqueles com os desempenhos mais baixos. Por fim, quando são analisados os índices para a saúde, constata-se que os estados do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul são aqueles que apresentaram no ano de 2009 os maiores índices e Amapá, Pará e Amazonas são aqueles com os piores desempenhos.



Os estados eficientes em 2009 foram Acre, Alagoas, Amapá, Paraná, Roraima, São Paulo e Tocantins. Organizando-se um *ranking* de IFDM's para os 23 estados pesquisados verifica-se que o melhor desempenho dos estados eficientes foi de São Paulo que ocupou a 1ª posição, o 2º lugar foi ocupado pelo Paraná. Tocantins, Roraima, Acre, Amapá e Alagoas ocuparam, respectivamente, 2ª; 11ª; 14ª, 18ª, 21ª e 23ª posições. Dessa forma, verifica-se que a eficiência não teve relação com o desenvolvimento dos estados pesquisados, pois foi possível perceber, com exceção de São Paulo e Paraná, que o índice de desenvolvimento dos estados que tiveram escores com eficiência de nível máxima não teve bom desempenho quando comparados com o desenvolvimento dos demais estados brasileiros.

2.2 Eficiência dos gastos com ensino fundamental

Os escores de eficiência padrão de cada estado brasileiro pesquisado para o ano de 2009 com relação ao ensino fundamental podem ser visualizados na tabela 4:

TABELA 4 – Escores de eficiência dos estados brasileiros

Estados	Escores de Eficiência Padrão	Estados	Escores de Eficiência Padrão
Acre	0,35	Pernambuco	0,53
Alagoas	0,39	Piauí	0,36
Amapá	0,30	Rio de Janeiro	0,31
Amazonas	0,63	Rio Grande do Norte	0,45
Bahia	0,64	Rio Grande do Sul	1,00
Espírito Santo	0,35	Rondônia	0,31
Maranhão	1,00	Roraima	0,25
Mato Grosso	0,76	Santa Catarina	0,52
Minas Gerais	1,00	São Paulo	1,00
Pará	0,55	Sergipe	0,35
Paraíba	0,51	Tocantins	0,31
Paraná	0,65		

Fonte: Elaborada pelos autores.



A partir da observação da tabela 4, verifica-se que dentre os 23 estados pesquisados 4 deles (Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo) foram consideradas eficientes pela observação de seus escores em 2009, o que corresponde a um percentual de 17,4%, que evidencia que um número pequeno de estados está administrando bem os seus gastos com ensino fundamental. Os intervalos dos escores de eficiência dos estados são apresentados na tabela 5:

TABELA 5 – Intervalos dos escores de eficiência dos estados analisados

Escore de Eficiência	Ensino Fundamental	
	Quantidade	Percentual
0,1 a < 0,3	1	4,35
0,3 a < 0,5	10	43,48
0,5 a < 0,8	8	34,78
0,8 a < 1,0	0	0,00
1	4	17,39

Fonte: Elaborada pelos autores.

A tabela 5 evidencia que o maior percentual de escores de eficiência no ano correspondeu ao intervalo de 0,1 a < 0,8, fato que demonstra que a gestão dos gastos públicos em ensino fundamental da maioria dos estados não foi eficiente no ano analisado, o que sugere que os administradores públicos precisam tomar conhecimento do excesso dos insumos, que são utilizados, e da escassez de produtos, que são gerados, para que possam atuar na sociedade de uma maneira mais eficiente. A tabela 6 tem a finalidade de apresentar os resultados do IDEB (4ª e 8ª série) dos estados pesquisados para que possa ser verificado se a eficiência teve relação com a qualidade do ensino fundamental dos estados analisados.

TABELA 6 – Os IDEB's (4ª e 8ª série) dos estados pesquisados para o ano de 2009

DMU's	Escore de Eficiência	IDEB 4ª SÉRIE	IDEB 8ª SÉRIE
Acre	0,35	4,5	4,1
Alagoas	0,39	3,3	2,7
Amapá	0,30	3,6	3,6
Amazonas	0,63	4,5	3,6
Bahia	0,64	3,2	2,8



Espírito Santo	0,35	5,0	3,8
Maranhão	1,00	4,4	3,6
Mato Grosso	0,76	4,0	3,6
Minas Gerais	1,00	5,8	4,1
Pará	0,55	3,7	3,1
Paraíba	0,51	3,7	2,8
Paraná	0,65	5,2	4,1
Pernambuco	0,53	3,9	3,0
Piauí	0,36	3,8	3,4
Rio de Janeiro	0,31	3,5	2,9
Rio Grande do Norte	0,45	4,8	3,8
Rio Grande do Sul	1,00	4,0	3,1
Rondônia	0,31	4,4	3,4
Roraima	0,25	4,2	3,7
Santa Catarina	0,52	5,0	4,2
São Paulo	1,00	5,4	4,3
Sergipe	0,35	3,7	2,7
Tocantins	0,31	4,5	3,9

Fonte: Elaborada pelos autores.

Percebe-se através da tabela 6 que os estados que apresentaram os maiores IDEB's para a 4ª série para o ano de 2009 foram Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Enquanto que os índices mais baixos foram de Bahia, Alagoas e Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, verifica-se que os melhores índices para a 8ª série foram de São Paulo, Santa Catarina e Acre e os piores desempenhos foram de Sergipe, Alagoas e Paraíba.

Os estados eficientes em 2009 foram Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. Organizandose um *ranking* de IDEB's para os estados brasileiros pesquisados verifica-se que o melhor desempenho dos estados foi de São Paulo que ocupou a 2ª posição quando é analisada a 4ª série e em 2ª quando é observada a 8ª série. Maranhão, Minas Gerais e Rio Grande do Sul ocuparam para a 4ª série, respectivamente, as posições (10ª, 1ª e 14ª) e para 8ª série (12ª, 4ª e 17ª).

Dessa forma, verifica-se que a eficiência não teve relação com a qualidade do ensino fundamental dos estados pesquisados, pois foi possível perceber que os estados que apresentaram os maiores IDEB's não foram aquelas que foram eficientes em 2009, exceção de São Paulo e Minas



Gerais, pelo contrário, observou-se que a qualidade do ensino básico dos estados que tiveram seus escores eficiência de nível máximo não teve bom desempenho quando comparada com qualidade dos demais estados brasileiros.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa em atenção ao objetivo formulado analisou a eficiência dos gastos públicos com assistência hospitalar e ensino fundamental nos estados brasileiros no ano de 2009. Vale ressaltar, que a utilização de ferramentas de análises de eficiência é relevante para a administração pública, em virtude da eficiência ser um dos princípios constitucionais que a administração pública deve observar (BRASIL, 1988). Assim, espera-se que esses resultados possam ser úteis tanto para os gestores públicos, quanto para os cidadãos das referidas capitais.

Recomendam-se outras pesquisas para que seja verificada a eficiência dos gastos com assistência hospitalar e ensino fundamental em outras amostras de estudo, em virtude da necessidade de pesquisas que apresentem para a população avaliações das alocações dos recursos públicos, de modo que a população possa visualizar como está sendo gerido o dinheiro público.

Os resultados revelaram que dentre os 23 estados analisados 7 deles (Acre, Alagoas, Amapá, Paraná, Roraima, São Paulo e Tocantins) foram eficientes com relação aos gastos com assistência hospitalar e 4 deles (Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo) foram considerados eficientes quanto a aplicação dos gastos com ensino fundamental.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. S. S.; REOLON, R. Gestão Governamental e Políticas Públicas Locais. Porto Alegre: **Revista Debates**, v. 3, n. 1, p. 126-140, jan. – jun., 2009.

BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

CASTRO, R. B. de. Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública. **Encontro Nacional da ANPAD**, 2006, Salvador. Disponível em: <www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsa-1840.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2012.



CATELLI, A.; SANTOS, E. S. Mensurando a criação de valor na gestão pública. IN: ASIAN PACIFIC CONFERENCE ON INTERNATIONAL ACCOUNTING ISSUES, 13., 2001, Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: FEA-USP, 2001.

DELGADO, V. M. S; MACHADO, A. F. Eficiência das escolas públicas estaduais de Minas Gerais. Disponível em: < <http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/1054/1017> >. Acesso em: 23 mai. 2012.

FONSECA, P. C.; FERREIRA, M. A. M. Investigação dos Níveis de Eficiência na Utilização de Recursos no Setor de Saúde: uma análise das microrregiões de Minas Gerais. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v.18, n.2, p.199-213, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, C.S. **Eficiência dos sistemas municipais de educação no estado de São Paulo**. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2010.

KASSAI, S. **Utilização da Análise por Envoltória de Dados (DEA) na Análise de Demonstrações Contábeis**. 2002. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-11122002-092458/pt-br.php>>. Acesso em: 24 ago. 2011.

MACHADO, N. **Sistema de Informação de custo: diretrizes para integração ao orçamento público e à contabilidade governamental**. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 233p.

MARIANO, E. B. Sistematização e comparação de técnicas, modelos e perspectivas não paramétricas de análise de eficiência produtiva. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18140/tde-24062008-163828/fr.php>>. Acesso em: 28 ago. 2011.

MARTINS, H.F. Gestão de recursos públicos: orientação para resultados e accountability. **Revista Eletrônica Sobre a Reformado Estado**, n. 3, set/out/Nov. 2005. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/rere/edicao/03>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

PEÑA, C. R. Um modelo de avaliação da eficiência da administração pública através do método análise envoltória de dados (DEA). **Revista de Administração Contemporânea**, v.12, n.1, p. 83-106, 2008.

REZENDE, A. J.; SLOMSKI, V.; CORRAR, L. J. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do Estado de São Paulo. **Universo Contábil**, Blumenau, v. 1, n. 1, p 24 – 40, jan./abr. 2005.

SARAVIA, E. O conceito de política pública. In SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas Públicas, Coletânea**. v. 1. Brasília, ENAP, 2006.